

## **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**

Wagner Costa Ribeiro

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo - USP

São Paulo – Brasil

FAX (55 11) 30913159

wribeiro@usp.br

Ao longo do século XX foi criada uma série de instrumentos de gestão visando salvaguardar as condições ambientais na Terra. Entretanto, apenas nas últimas décadas essa temática emergiu como uma das mais importantes preocupações de governos de diversos países do mundo, o que possibilitou a institucionalização da ordem ambiental internacional que visa regular as relações humanas em caráter mundial envolvendo temas relacionados ao ambiente por meio de protocolos e acordos multilaterais envolvendo países e blocos de países.

O controle da emissão de gases que afetam a camada de ozônio, de gases que intensificam o efeito estufa, ao acesso a recursos e informações genéticas, ao uso do mar, entre outros assuntos, foram pauta de reuniões entre países e de convenções internacionais. Nesse cenário surgiram novas oportunidades de trocas comerciais e interpretações sobre o controle dos recursos naturais que merecem a reflexão dos geógrafos.

Política internacional, poder e soberania não são temas raros em clássicos da geografia. Neste trabalho, recuperam-se idéias de geógrafos como Friedrich Ratzel e Claude Raffestin e as combinam com outras geradas por autores como Hans Morgenthau e Raymond Aron na direção de construir um suporte teórico capaz de vislumbrar alternativas de poder e gestão ambiental para áreas chave redefinidas pela ordem ambiental internacional. As idéias desses autores permitem recuperar conceitos como soberania, geografia política, intervenção e relações internacionais e identificar o caráter supranacional que se apregoa aos problemas ambientais.

Além dessas matrizes, a sustentabilidade, ou seja, a capacidade de carga do planeta suportar a reprodução da vida e a segurança ambiental internacional também influenciam decisões presentes em convenções internacionais. A primeira é mais

discutida que a segunda. Ela refere-se à polêmica em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, tema abordado por Ignach Sachs (1993), entre tantos outros autores como o mexicano Enrique Leff (1994, 2000 e 2001), e os espanhóis Naredo (1998 e 1996) e Joan Martinez-Alier (1992), e que foi amplamente difundido no Relatório *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1987), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Este conceito é aplicado para a gestão das cidades, daí a expressão cidades saudáveis e sustentáveis, para a produção industrial, por meio de leis que regulam a atividade, para a produção agrícola, onde os resultados são satisfatórios com a retomada de técnicas simples e a avaliação dos impactos ambientais gerados pelo uso intensivo do solo e pelo emprego de defensivos agrícolas. Mas sua maior relevância consiste em apontar para a necessidade de manter o planeta em condições de habitabilidade para os que estão por vir. O desenvolvimento sustentável permite vislumbrar novas perspectivas que levam a um repensar das práticas atuais reformulando um complexo sistema de valores sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Os críticos ao desenvolvimento sustentável indicam que se trata de um conceito que visa regular o acesso aos recursos naturais à parcela que está inserida na sociedade de consumo, ou seja, 1/3 da população mundial. Eles apontam que a sustentabilidade só seria aplicável se integrasse o restante da população mundial a uma vida mais digna. E indicam que esta incorporação não poderia ocorrer dentro do atual sistema econômico, já que não existem recursos naturais para prover a base material da sociedade capitalista na escala da totalidade da população humana na Terra.

Já a outra referência encontra maior resistência em ser discutida no meio acadêmico. A tradição de associar o conceito de segurança ao pensamento estratégico militar resulta em preconceito e no seu abandono. Entretanto, ele é freqüente em discussões envolvendo a produção de alimentos no mundo e, mais recentemente, as conseqüências geradas pelo aquecimento global e a ameaça à reprodução da vida humana na Terra. Criticado por servir à divulgação de teorias alarmistas que não teriam embasamento científico e não passariam de projeções de cenários que seriam confirmados apenas no longo prazo, o conceito de segurança ambiental internacional serve, na verdade, como um freio às relações hodiernas o que resulta em uma postura mais cautelosa dos interlocutores e atores que edificam a ordem ambiental internacional. O Protocolo de Kyoto - PK, firmado em dezembro de 1997 como resultado da Terceira

Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas Globais, pode ser enquadrado dentro desta visão.

Por fim, será apresentada uma periodização para o estudo das convenções internacionais sobre o ambiente. Elas institucionalizam as relações entre atores diversos e indicam a necessidade de se voltar o olhar e a análise a temas clássicos da geografia, como soberania e capacidade de gestão dos recursos ambientais.

A ordem ambiental internacional renova oportunidades de negócios e impõem à reflexão dos interesses reais de cada participante no cenário internacional envolvendo o ambiente. Ela expõe a fragilidade do conhecimento científico quando praticado apenas para legitimar a incorporação de recursos materiais. Mas ela oferece a oportunidade para dirigir os esforços para uma parte do planeta que vem sendo deixada de lado: a América Latina.

#### As matrizes

É fundamental recuperar matrizes do pensamento político e da geografia política para ajudar a compreender os impasses da vida contemporânea, inclusive a ordem ambiental internacional. Do primeiro ramo do conhecimento são destacados autores Hans Morgenthau (1948,1973), alemão que deixou seu país rumo aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial por perseguição religiosa, Raymond Aron (1986) e Manfred Wilhelmy (1991). Do segundo ramo, o destaque fica para Ratzel (1914, in: Moraes, 1990), Raffestin (1991), Joan Font e Joan Rufí (2001), García-Tornel (2001), Wagner Ribeiro (2001) e Valérie November (2002). Por fim, são apresentados autores de outras áreas que se dedicam ao estudo da segurança ambiental, como Lorraine Elliott (1998) e Rafael Grasa e Andreu Ulied (2001).

Morgenthau (1948,1973) é um dos precursores do realismo político. Estudioso do sistema internacional, afirmou que os países atuavam segundo seus interesses nacionais, salvaguardando sua soberania. Além disso, ponderou que o poder militar é o principal fator que define a capacidade de influência de um país no cenário internacional.

Aron (1986) definiu as relações internacionais de maneira sistêmica, criando uma hierarquia a partir das superpotências. Suas idéias, forjadas em meio ao período da Guerra Fria, permitem estruturar o sistema internacional a partir de temas e interesses das unidades políticas que o integram. Muitas críticas surgiram a sua construção teórica,

em especial pela rigidez que conferiu a um sistema dinâmico. Apesar disso, ainda é possível empregar parte de seus escritos para interpretar o mundo contemporâneo.

Wilhelmy (1991) aponta a presença de diversos atores no sistema internacional e a interdependência entre eles como foco a ser investigado. Ele destaca a influência de organizações não governamentais – ONGs, sobre tomadores de decisão, como Chefes de Estado, de governo ou negociadores e sobre a opinião pública. A outra premissa do autor destaca a estreita relação entre países no sistema internacional, gerando uma simbiose entre as partes.

A originalidade da ordem ambiental internacional esta na composição de elementos dos autores citados acima. De Morgenthau (1948,1973), permanece a salvaguarda da soberania, bem como a “batalha” diplomática promovida pelos países em torno de seus interesses nacionais. Partes deles não aceitam os termos finais dos acordos e não os assinam, ou o fazem indicando ressalvas ao texto. Aron (1986) permite estudar a ordem ambiental internacional como um subsistema do sistema internacional que é organizado pela Organização das Nações Unidas – ONU, por meio de seus organismos, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. De Wilhelmy (1991), fica a participação de ONGs ambientalistas em foros multilaterais que buscam difundir seus pontos de vista até o texto final do acordo e uma interdependência entre as partes das convenções internacionais sobre o ambiente.

Dentre os autores da Geografia Política, Ratzel destaca que

"(...) a geografia do homem deve estudar os povos *em relação às condições naturais às quais eles estão sujeitos*, isto é, considerá-los sempre *unicamente sobre seu território*. É sobre este que a geografia do homem vê, além disso, se definirem as leis que regulam a vida dos povos, leis que precisam ser expressas na forma geográfica. (...) Vê-se, portanto como a extensão, a posição e a configuração dos territórios fornecem os elementos para avaliar a vida dos povos aos quais estes pertencem" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:102).

Apesar das críticas ao determinismo geográfico difundidas pelo geógrafo alemão, a passagem acima indica aspectos que devem ser lembrados nos atuais estudos da geografia política envolvendo os recursos naturais: considerar os povos sobre seus territórios e avaliar a disponibilidade da base natural que sustenta a reprodução da vida. Em anunciados tempos de escassez de água, por exemplo, as postulações de Ratzel merecem ser revistas.

Ratzel analisou diversos pensadores que trataram da relação cultura/natureza. Em seu livro *Antropogeografia*, de 1882, analisa criticamente a produção de Montesquieu, Voltaire, Hobbes e Bacon, entre outros. Sobre os dois primeiros, tece considerações severas:

"(...) não pretenderam de modo algum realizar obras científicas (...); buscaram tratar sua matéria como artistas e como homens do mundo, e o fizeram de modo diversificado e atraente e, sobretudo, não-sistemático. (...) A importância desses escritores consiste na amplitude e não na profundidade de suas idéias" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:35).

O geógrafo alemão comenta ainda obras dos filósofos Spinoza, Leibniz e Kant. Escreve que para o holandês Baruch Spinoza

"(...) a história do homem se desenvolve do mesmo modo que a da natureza, conforme leis de necessidade inelutáveis; os fatos históricos não são para ele senão fatos naturais e daí tentar explicar a história por meio da natureza" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:35).

Interpretando Gottfried Leibniz, afirma que, para ele,

"(...) a vida é única, está presente em toda parte, cada uma de suas formas está ligada a todas as outras, e no mundo, ordenado segundo uma harmonia preestabelecida, tudo o que é criado constitui uma gradação ininterrupta; decorre daí, portanto, que a história da humanidade não pode ser considerada senão em relação com este mundo, e apenas nele encontra sua explicação" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:35).

Com relação a Immanuel Kant, afirma que ele construiu seu pensamento acerca da geografia embasado no "mau material e nas apressadas conclusões de Buffon" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:36), que utilizou, em seus escritos, relatos de viajantes como sendo verdadeiros, sem ponderar eventuais exageros cometidos por eles. Por isso, segundo ele, Kant não avança na direção de identificar o verdadeiro papel da geografia. No entender de Ratzel, seu compatriota

"(...) considera o homem como pertencente a uma única espécie, que se adapta a todos os climas, mas que em cada um deles desenvolve princípios especiais de adaptação que, por sua vez, produzem diferenciações de raças" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:37).

Para ele, os que o antecederam apontaram a evidência das diferenças naturais na configuração das sociedades humanas, porém "negligenciaram o elemento geográfico" (Ratzel, 1914, in: Moraes, 1990:34), ou seja, apontaram a importância da geografia na

formação dos povos, mas não realizaram estudos para comprová-la. Ao contrário desses, Morgenthau parece ter aprendido a lição proposta por Ratzel. Em sua concepção de geografia, por exemplo, aponta que é “o mais estável fator do qual depende o poder de uma nação” (1948,1973:112).

Claude Raffestin (1993), em sua obra *Geografia do Poder*, destaca a importância dos recursos naturais para um país pleitear a condição de potência. Para ele, a oferta de recursos é uma das variáveis centrais, dado que possibilita ao país prover sua matriz material armamentista. Mas é preciso ainda dispor de tecnologia capaz de produzir os equipamentos de ação militar.

Os geógrafos espanhóis Font e Rufí (2001), destacam a segurança ambiental a partir das idéias do canadense Thomas Homer-Dixon (1997). Para esse último, a escassez seria a geradora de conflitos, baseada em uma combinação de três variáveis: mudanças ambientais, crescimento populacional e desigualdades sociais e de acesso aos recursos naturais (Font e Rufí, 2001:201). Em sua análise, a dupla espanhola aponta o consumo desigual dos Estados Unidos como uma das possíveis causas de instabilidade, escrevendo que os “Estados Unidos representa 5% de la población mundial y consume un 50% del petróleo” (2001:201).

A geógrafa suíça November (2002) apresentou a relação entre o risco e o território, buscando apreender a “geograficidade” do risco (November, 2002:13). Ela também comenta o princípio da precaução, que define dessa maneira:

“ce principe implique la mise en oeuvre de politiques d’incitation à des comportements plus ‘responsables’ et des actions menées en amont du risque” (November, 2002 :2-3).

Ela aponta que as convenções internacionais sobre o ambiente como portadoras desse princípio, o que se verifica, por exemplo, nos Protocolos de Montreal e de Kyoto.

Outro a discutir o risco é o geógrafo espanhol García-Tornel (2001). Ele pondera as catástrofes naturais e os riscos induzidos gerados pela ação antrópica. Destaca também a relevância dos organismos internacionais na prevenção e ajuda ao socorro de vítimas de catástrofes.

O professor da Universidade Autônoma de Barcelona Rafael Grasa (1994, 1998) ressalta que a segurança ambiental internacional estuda as perspectivas de eventuais conflitos pela escassez de recursos naturais. Em outro trabalho, em parceria Andreu Ullied (2000), aplicam o conceito aos países do Mediterrâneo e o combinam com a sustentabilidade.

De acordo com Lorraine Elliott (1998), da *Australian National University*, o tema da segurança ambiental é visto de maneira preconceituosa pelos acadêmicos por que a palavra segurança esteve muito associada ao pensamento militar. Para ela

"diante da insegurança ecológica, países e população não podem ser seguros se o ecossistema não é seguro. Nem um nem outro vai ajudar a identificar o inimigo que objetiva violar a integridade territorial e a soberania do estado. O 'inimigo' não é o ambiente mas as atividades cotidianas humanas e de corporações" (Elliott, 1998: 238 – tradução do autor).

Ribeiro (2001), afirma que a ordem ambiental internacional é composta por diversos atores. Cada documento possui uma dinâmica própria e deve ser estudado de maneira particular. Em outro trabalho (2001a), analisa a segurança ambiental internacional e o desenvolvimento sustentável, considerados a base das formulações que orientam as decisões internacionais envolvendo a temática ambiental, no qual destaca que a segurança ambiental internacional encontrou muito mais resistência que o conceito anterior, "mas não deixou de cumprir a função de justificar 'cientificamente' a política externa dos países" (Ribeiro, 2001a: 10).

Esses dois conceitos também foram discutidos na análise que Ribeiro (2002) produziu sobre a revista *Ecología Política*, publicação de Barcelona criada em 1990, em parceria com as revistas *Capitalism, nature, socialism*, publicada na Califórnia, *Capitalismo, natura, socialismo*, de Roma, *Ecologie politique*, de Paris e *Tierra amiga*, de Montevideu. O editor é o economista espanhol Joan Martínez-Alier, seu fundador. Após analisar diversos autores que publicaram suas opiniões na publicação citada, conclui que

"O debate sobre a segurança ambiental internacional ainda carece de maior profundidade. Entre as posições descritas acima, Grasa (1994) admite que é por meio de uma política de salvaguarda de interesses nacionais que se tem encaminhado as negociações em fóruns internacionais sobre o ambiente. Sánchez (1998), prepara para os interessados no assunto um excelente panorama das distintas posições em discussão. Ao distinguir diversos entendimentos da segurança ambiental, permite que se aclarem as matrizes teóricas e de ação política de discursos que atravessam a temática da segurança ambiental internacional. Naredo (1994) e Gleick (1994), alertam para o tema que me parece o mais emergente como causador de conflitos no médio prazo: a disponibilidade de água doce e potável para diferentes usos" (Ribeiro, 2002:24-25).

Os autores citados indicam trilhas para investigar a ordem ambiental internacional. A teia de relações que ela engendra obriga a combinar diversas matrizes teóricas. A

complexidade científica e política que cada tratado envolve, exige um conhecimento específico do tema. Como isso ocorre em foros internacionais e as decisões são políticas, é preciso combinar a tradição de clássicos da política e da geografia política com autores contemporâneos para construir uma base teórica capaz de conciliar essas dificuldades.

As convenções internacionais são uma das fontes de análise da ordem ambiental. Por isso é preciso conhecer um pouco mais sobre elas.

### As Convenções

Regular a ação humana em escala internacional. Evitar a destruição de ambientes naturais e permitir o acesso à informação genética. Propor novas maneiras de gestão ambiental combinando interesses nacionais e internacionais. Esses são alguns desafios que têm sido enfrentados por políticos mas também por pesquisadores das áreas de Humanidades.

A vida contemporânea possui várias dimensões internacionais. Muitas vezes ela não é percebida facilmente. Mas quem depende de trabalho para sobreviver, por exemplo, pode sofrer com a retração do mercado internacional.

Nas décadas de 1980 e 1990 ganhou notoriedade um sistema complexo de instrumentos internacionais tratando de temas ambientais com o objetivo de impedir o avanço da devastação ambiental e permitir uma vida melhor, incluindo os que estão por vir. A ordem ambiental internacional (Ribeiro, 2001), um conjunto de acordos internacionais sobre o ambiente para regular a ação humana na Terra, passou a influenciar as práticas cotidianas e deve ampliar sua participação. Ao mesmo tempo emergiram novas temáticas indicando a necessidade de uma maior reflexão para a busca de alternativas que ampliem as possibilidades de uso do patrimônio ambiental, natural ou não.

A maior expressão do movimento de regulação da ação humana na Terra são as Convenções Internacionais sobre o ambiente. Cada uma delas emprega pressupostos que são definidos em meio a negociações difíceis, dado as várias interpretações que tais temas apresentam. Eles são alterados ao longo das negociações.

Para analisar as Convenções é preciso dispor de uma periodização. Periodizar



“é rearranjar o tempo. É também estabelecer uma escala temporal, de modo a construir fatos históricos relevantes que justifiquem rupturas, reformas e até mesmo continuidades disfarçadas de novidades” (Ribeiro, 2001:47).

As primeiras convenções surgiram no início do século XX. Elas tentaram regular a ação predatória em áreas mantidas como colônias pelas metrópoles européias.

A periodização é marcada pela Segunda Guerra Mundial e pelo surgimento da ONU, em 1945. As superpotências da Guerra Fria exercitaram uma prática estabelecida que chegou também às convenções. O Tratado Antártico, por exemplo, resultou de manobras diplomáticas dos Estados Unidos, com apoio da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que conseguiram instalar bases científicas na Antártica.

A partir da ONU a temática ambiental ganhou mais visibilidade. Distingue-se um período até a reunião de Estocolmo, realizada em 1972 e outro que se seguiu a ele. Outro momento de destaque foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Por fim, destaca-se a reunião de Joanesburgo, realizada em 2002 para avaliar os avanços da CNUMAD.

Em Estocolmo foram discutidos aspectos vinculados à poluição atmosférica e foi decidida a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – que passou a comandar as discussões ambientais em escala mundial. Mas o principal debate ocorreu entre os Desenvolvimentistas e os Zeristas. Os primeiros eram representados pelos países pobres, que desejavam o desenvolvimento. Os segundos, baseados no Relatório *Limites para o Crescimento* (Meadows, 1973) que indicava uma escassez de recursos naturais para prover a base material da existência segundo o padrão capitalista de produção e consumo, sugeriu o crescimento zero da economia dos países pobres. A estagnação econômica não foi aceita e os países em desenvolvimento passaram a receber investimentos, em especial por meio da instalação de indústrias que degradam o ambiente, gerando a chamada divisão internacional dos riscos técnicos do trabalho.

Na reunião do Rio de Janeiro o desenvolvimento sustentável e a segurança ambiental surgiram como premissas das negociações, associados a princípios como os da responsabilidade comum, porém diferenciada e o da precaução. Esses temas foram analisados em outras ocasiões (Ribeiro, 2001, 2001 a e 2002).

Diferente de Estocolmo, no Rio de Janeiro foram elaborados cinco documentos que deveriam ser seguidos pelos países que os assinaram e os ratificaram. As Declarações sobre Floresta e da Terra foram entendidas como manifestação de princípio

de Chefes de Estado e governos. A Agenda XXI era um plano de ação para diminuir a degradação ambiental a ser implementado até o ano 2000 e as Convenções sobre Diversidade Biológica – CDB, e a Convenção sobre Mudanças Climáticas – CMC, ganharam adeptos e passaram a realizar novas reuniões internacionais que geraram mais documentos.

Joanesburgo teve como meta central avaliar a implementação da Agenda XXI. Realizada em um contexto internacional alardeado pela derrubada das torres do *World Trade Center*, foi alvo de expectativa de ambientalistas de todo o mundo, em especial frente às posições que os Estados Unidos assumiriam durante sua realização. As dificuldades conjunturais influenciaram as decisões de Joanesburgo, que acabou reafirmando princípios da reunião do Rio, como o da responsabilidade comum, porém diferenciada, que mantém para os países ricos que degradaram mais o ambiente uma tarefa maior de renovação ambiental que os países de renda média e baixa. Mesmo assim houve avanços em alguns pontos, como o estabelecimento de metas, como as que seguem:

- . redução da perda de biodiversidade até 2010.
- . redução da pobreza: reduzir pela metade a população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia e a que passa fome até 2015. Estabelecer um Fundo Mundial para a Solidariedade para erradicação da pobreza .
- . acesso à água de qualidade: até 2015, reduzir pela metade a população mundial que não tem acesso a água mas também a que não tem acesso a saneamento básico.
- . moradia: diminuir a população que vive em habitações subnormais até 2020.
- . pesca: manter e recuperar os estoques de peixe no mundo até 2015.

### Considerações finais

Combinar diversas matrizes teóricas para estudar uma complexa gama de documentos multilaterais é um desafio estimulante não apenas acadêmico mas também prático. Isso porque as Convenções Internacionais sobre o ambiente representam uma possibilidade de conciliar os mais diversos interesses em torno de uma mesa de negociação. Em tempos de uma ameaça permanente de guerra, em tempos em que a capacidade de destruição de vidas humanas está enormemente concentrada, é preciso reforçar o papel das decisões construídas coletivamente. Por isso é tão importante conhecer os atores que propõem ações por meio da regulamentação da ação humana em

escala internacional, identificando seus interesses para permitir uma leitura que não se perca pelo idealismo.

Mas não é preciso deixar de sonhar só porque os tempos são sombrios. Afinal, um mundo mais fraterno é possível, e os exemplos surgem pelos quatro cantos do mundo, como no Fórum Social Mundial – cujas primeiras edições ocorreram em Porto Alegre anualmente no mês de janeiro, uma oportunidade espetacular para discussão de modelos alternativos à reprodução da vida na Terra. Outras manifestações alternativas ao modelo hegemônico surgem aqui e acolá. Porém, todas vislumbram a necessidade de tornar mais democrático o acesso à base material da existência. Se as Convenções Internacionais ainda não representam essa possibilidade em sua plenitude, em especial quando prescrevem relações desiguais entre os países partes, elas são certamente uma alternativa mais saudável que a da guerra. Mas o caminho se faz andando, diz o dito popular. Então prossigamos em frente, sem perder a esperança e sem medo.

#### Referências bibliográficas

ARON, R. Paz e guerra entre as nações (1986). UnB, Brasília.

CMMAD (1987). Nosso futuro comum. FGV, Rio de Janeiro.

ELLIOT, L. (1998). The global politics of the environment. Macmillan, Londres.

FONT, J. e RUFÍ, J. (2001). Geopolítica, identidad y globalización. Ariel, Barcelona.

GARCÍA-TORNEL, F. (2000). Sociedades y territorios em riesgo. Serbal, Barcelona.

GLEICK, P. (1994). “Amarga agua dulce: los conflictos por recursos hídricos”. Ecología política, vol. 8, Icaria, Barcelona, pp. 85-106.

GRASA, R. (1998). “Las nuevas concepciones de la seguridad: el debate sobre la seguridad ecológica o seguridad ambiental”. Ecología política, v. 15, Icaria, Barcelona, pp. 7-10.

GRASA, R. (1994). “Los conflictos ‘verdes’: su dimension interna e internacional”. Ecología política, vol.8, Icaria, Barcelona, pp. 25-40.

GRASA, R. e ULIED, A. (2000). Medio ambiente y gobernabilidad: diagnóstico y sostenibilidad en el Mediterráneo. Icaria/ICM, Barcelona.

HOMER-DIXON, Thomas F. (1997). “Thresholds of turmoil. Environmental scarcities and violent conflict”, in Ó TUATHAIL, Géroid, DALBY, Simon e ROUTLEDGE, Paul (editores), The geopolitics reader. Routledge, Londres, pp. 204-211.

- LEFF, E. (2001). Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder, Vozes, Petrópolis.
- LEFF, E. (2000). Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. FURB, Blumenau.
- LEFF, Enrique (1994). Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Siglo Veintiuno, Mexico.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. (1992). Ecología y pobreza. Centre Cultural Bancaixa, Valencia.
- MEADOWS, D. et al. (1973). Limites do crescimento. Perspectiva, São Paulo.
- MORGHENTAU, H. (1973) Politics among nations: the struggle for power and peace, Alfred Knopf, Nova Iorque.
- NAREDO, J.M. (1998). Cuantificando el capital natural. Mas allá del valor económico. Ecología política, vol. 16, Icaria, Barcelona, pp. 31-58.
- NAREDO, J.M. (1996). Hacia una ciencia de los recursos naturales. Siglo XXI, Madrid.
- NAREDO, J.M. (1994). La reposición natural y artificial de agua y de nutrientes en los sistemas agrarios. Ecología política, vol. 8, Icaria, Barcelona, pp. 153-164.
- NOVEMBER, V. (2002). Les territoires du risque, Peter Lang, Berna.
- RAFFESTIN, C. (1993). Por uma geografia do poder. Ática, São Paulo.
- RATZEL, F. "Geografia do homem: antropogeografia". In: MORAES, A. C. (Org.) (1990). Ratzel. Ática, São Paulo.
- RIBEIRO, W. C. (2002). Ecología política: ativismo com rigor acadêmico. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol. VII, nº 364, Universidad de Barcelona, Barcelona, pp. 01-20, <http://www.ub.es/geocrit/b3w-364.htm>.
- RIBEIRO, W. C. (2001). A ordem ambiental internacional. Contexto, São Paulo.
- RIBEIRO, W. C. (2001-a). Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol. VI, nº 312, Universidad de Barcelona, Barcelona, pp.1-10, <http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>.
- SACHS, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente, Nobel/Fundap, São Paulo.
- SÁNCHEZ, J. (1998). De la seguridad compartida a la seguridad ecológica. Ecología política, vol. 15, Icaria, Barcelona, pp. 11-30.
- WILHELMY, M. (1991). Política Internacional: enfoques y realidades, Centro Interuniversitário de Desarrollo/Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires.